

Mais emendas do que sonetos

■ A improvisação e o apego à retórica criaram a assembleia nacional da confusão constituinte

André Gustavo Stumpf

NA última terça-feira, o relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, recebeu a visita do senador e presidente do PFL, Marco Maciel, no grande escritório em que foi transformado o restaurante do edifício-sede do Banco do Brasil. Depois das palavras gentis que o cerimonial exige, Bernardo Cabral desculpou-se com Marco Maciel pela adoção do sistema parlamentarista no anteprojeto de Constituição com uma frase destinada a entrar para a história: "Não tive como evitar a adoção do parlamentarismo, mas no plenário a gente derruba a emenda".

Este rápido diálogo dá uma medida da dificuldade e da confusão reinante na Assembleia Nacional Constituinte. Há outros indicadores importantes: por exemplo, até a sexta-feira, dia 14 de agosto, não havia nem o rascunho do texto final. Pior, na segunda-feira, dia 17, os líderes do PMDB, reunidos com o deputado Ulysses Guimarães, perceberam que ainda não havia nem texto nem roteiro prontos. Existia, apenas, uma lista dos temas polêmicos, com as respectivas posições de cada grupo. E só.

Nas intrigas que estão entrecortando o processo constituinte, o relator Bernardo Cabral está no centro das discussões, recebendo muitas críticas, porque foi ultrapassado nas articulações e conversas. De fato, o processo de elaboração da Constituição perdeu o fio condutor que seria a Comissão de Sistematização — para se diluir entre os esforços do "Grupo do Consenso" e do outro time de parlamentares autodenominado "Grupo dos 32", embora reunisse mais de 50 integrantes. Cada um destes dois grupos fez seu próprio projeto de Constituição que terminou reunido num único documento chamado "Projeto Hércules".

O senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), que foi o relator do regimento interno da Assembleia Nacional Constituinte, reconhece hoje que houve um erro sério dos parlamentares quando recusaram a criação da grande comissão. O resultado deste erro — que o senador atribui àqueles que derrubaram em plenário o artigo criando aquela comissão — resultou na mais monumental perda de tempo de que o país teve notícia. Desde o início deste ano, os constituintes se reuniram em 24 subcomissões, depois em oito comissões temáticas e por último na Comissão de Sistematização, que no início de setembro irá propor o anteprojeto ao plenário.

O trabalho de subcomissões e comissões foi inútil. Teve o mérito de mobilizar o país e promover uma barulhenta repercussão dos debates ocorridos dentro da Assembleia. Este é seu único mérito. Propostas que foram apresentadas e rejeitadas nas duas

primeiras fases estão sendo agora reapresentadas e boa parte das mais de 20 mil emendas já foi objeto de análise no primeiro semestre. O produto do trabalho aprovado por subcomissões e comissões resultou no projeto de Constituição que os técnicos apelidaram de Frankstein. Em seguida, os parlamentares ligados aos senadores José Richa e Virgílio Távora melhoraram um pouco o texto, que ficou menos feio. Ganhou o nome de Quasímodo.

A solução foi abandonar tudo o que foi feito antes e partir para um texto novo, que eventualmente pode ter se utilizado de alguma emenda apresentada ainda na fase das subcomissões. Mas a maioria dos trabalhos, discursos, apartes e contribuições está destinada à pesquisa histórica. Este material vai sendo arquivado na memória dos computadores apenas para referência dos historiadores. Nada mais. Os trabalhos realizados em "ambiente promiscuo", na definição de um senador, no 24º andar do Banco do Brasil resumem-se na comparação dos textos de alguns anteprojetos: o Projeto Arinos, o Projeto Hércules e alguns trabalhos de iniciativa dos parlamentares ou seus assessores. Quer dizer, na prática, a grande comissão está funcionando.

O senador Virgílio Távora, que tem sido um ativo trabalhador em favor do entendimento, acha que não havia outro meio de solucionar a questão. A Constituinte corria o risco, segundo ele, de não chegar a lugar nenhum. Também os senadores Severo Gomes e José Richa procuraram através do acordo suprapartidário e até pessoal solucionar o formidável problema que a Constituinte criou para ela própria. E até o presidente da Assembleia, deputado Ulysses Guimarães, inquietou-se quando descobriu na última segunda-feira que não havia ainda um anteprojeto redigido na Comissão de Sistematização.

A improvisação brasileira e o excessivo apego à retórica criaram esta situação, no mínimo, embaraçosa. Os trabalhos do primeiro semestre serviram apenas para fornecer material à História e constituíram uma espécie de fachada heróica da política nacional. Os trabalhos discretos das últimas quatro ou cinco semanas renderam pouco em matéria de noticiário jornalístico, mas estão produzindo o texto constitucional em curtíssimo espaço de tempo. O anteprojeto que foi apresentado aos líderes dos partidos políticos na última sexta-feira resultou de um trabalho de comparação de proposta, artigo por artigo, realizado em apenas sete dias.

Não se tem notícia de país que, no final do século XX, esteja ainda discutindo fórmulas essenciais da convivência pacífica de forças antagônicas no mesmo espaço político. Mas o Brasil está debatendo com ardor, às vezes juvenil, se o Estado deve intervir mais ou menos na economia ou se o aborto deve ser assunto de discussão constitucional. A fascinante abertura da Constituinte no primeiro semestre revelou o que as pessoas já sabiam mas tinham medo de revelar. Não há consenso sobre assuntos polêmicos, desde a reforma agrária até a definição da abrangência dos serviços de saúde e aposentadoria no Brasil. Cabe ao político, teoricamente sensível ao desejo de seu eleitorado, assumir o risco e a responsabilidade por estas decisões.

Apesar de tudo isso, existe um consenso possível, que foi alcançado, em reuniões sigilosas, fora do prédio do Congresso Nacional. Nestas reuniões de "grandes comissões", improvisadas e informais, adversários de plenário se puseram de acordo em temas tão complexos quanto, por exemplo, a definição constitucional do conceito de empresa nacional. Os encontros fechados expulsaram os repórteres, rias principalmente os representantes dos lobbies. Portanto, discursos laudatórios e dramáticos foram dispensados. Restou a tentativa de fazer acordo. Curioso é que boa parte dos participantes daquelas reuniões foi constituída por parlamentares que votaram contra a criação da grande comissão. Eles falaram muito para o país ao longo do primeiro semestre deste ano e agora estão na posição difícil de apresentar em poucos dias o resultado de seu trabalho.

23 AGO 1987